



## O lulopetismo tem um problema: Lula 3.0

Ele é seu motor, mas arruma encrencas com os eleitores

Elio Gaspari

Journalista, autor de cinco volumes sobre a história da região militar, entre eles "A Dinastia Encurralada"

As pesquisas do Ipec e da Quarta revelaram que entre agosto e março a aprovação do desempenho de Lula caiu enquanto a rejeição cresceu. As duas linhas se aproximaram, e o resultado confirmou a pesquisa do Ipec de dezembro, que mostrava a boca do jacaré aberta: 50% dos entrevistados não confiam nele, contra 48% que confiam. A diferença cabia na margem de erro. Em março, não cabe mais: 51% não confiam, contra 47% que confiam. Alguns colisa estão funcionando mal no governo de Lula 3.0. Não se pode dizer que seja a economia. Ande-se de lado, mas anda-se. Também não é a política, pois, em mais de um ano de governo, aprovou-se a reforma tributária e levou-se a andar sem escândalos. Lula restabeleceu a relação civilizada com governadores filiados a partidos da oposição e enfrentou uma crise militar com um desempenho

capaz de causar inveja ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e a Nelson Jobim, seu ministro da Defesa. Para quem já teve um presidente que falava em "meu Exército" e anunciava que não compraria vacina adquirida pelo governador paulista João Doria, isso não é pouca coisa. Num país ainda dividido, seria razoável que algum mau juiz persistisse, mas não precisa crescer. Uma possível explicação para esse crescimento está no próprio Lula. Ele foi o motor da vitória eleitoral, mas há um ano despreza o arco democrático que o elegera, supondo que foi uma frente de políticos. A diferença entre o arco e a frente pode ser fatalizada: o ex-ministro Pedro Malan esteve no arco, mas não está na frente. Agora esse engano, Lula tem veridicamente: por duas casacas de banana. Uma é a felicidade Operação Lava Jato, coisa de dez anos atrás.

Outra são as encrencas internacionais, uma logo ali, na Venezuela, outra, a milhares de quilômetros, na Faixa de Gaza. Sua insistência, em ambos os casos, aliena parte do eleitorado que teve ou poderá vir a ter. As bandeiras de Israel na campanha presidencial de Bolsonaro eram presepada. Já as que foram levadas para a avenida Paulista há duas semanas tinham real significado. A República de Curitiba foi primitiva, incompleta e parcial, isso está entendido. Contudo a Lava Jato detona roubalheiros documentados e confessados. Quando Lula fala dos seus defeitos e esquece o que houve de virtuoso, prega para os convertidos, sejam eles petistas ou empreiteiros, mas agita de parte do eleitorado, que não aprova o que sua como uma indulgência com os corruptos. As duas casacas de banana pouco têm a ver com o desempenho do governo. São

inutilidades a serviço de uma espécie de autoglorificação presente no Lula 3.0. O terceiro Lula comporta-se de outra forma. Não mostra a humildade de quem quer acertar porque está convencido de estar certo, a respeito de seja lá o que for, da oposição venezuelana à importância do governo americano na exposição dos roubalheiros ocorridos na Petrobras. Na noite serena, a repressão de governo de Lula não deveria ter crescido, pois nada ocorreu de reprovável, salvo o congelamento de expectativas que matou as colônias. Talvez Lula não tenha percebido, mas como profeta está maltratando o eleitorado

### Generais incomodados

Aqui e ali reverberam sinais de desconforto de alguns militares com as investigações da Polícia Federal para desvendar a trama golpista de Bolsonaro. Chefes militares depõem por horas na Polícia Federal bem como vazamentos irregulares podem explicar a contradição de, mas não a justificam.

Os tribunais militares de todos os países vivem debaixo de uma desconjuntura simétrica pelo presidente francês Georges Clemenceau (1841-1929): "A justiça militar está para a justiça assim como a música militar está para a música".

A Justiça Militar brasileira carrega uma pesada mochila. Ela acreditou que Vladimir Herzog e Manuel Fiel Filho suicidaram-se, que Rubens Figueira e que a dupla do DCL nada teve a ver com a explosão da bomba do Riocentro no colo do sargento.

Na outra ponta, o Superior Tribunal Militar aliviou para dois capitães: Jair Bolsonaro, que rabiscou um projeto para detonar a adutora do Guandu, e Ailton Guimarães Jorge, que arripava cargas de contrabandistas no Rio de Janeiro.

Em tempo: o capitão Guimarães, posteriormente alçado ao artilheiro do jogo do bicho, nunca foi acusado de contrabando, mas de confiscar as munições.

Na madrugada de 14 de maio de 1971, com uma tropa da 1ª Companhia do 2º Batalhão da Polícia do Exército, ele saqueou uma casa do subúrbio de Campo Grande onde se guardava uma carga de milhares de calças jeans, calças de uique e perfumes. Os contrabandistas eram policiais civis e militares. Depois do arripio, ele teria tentado vender a carga de calças jeans e perfumes à própria vítima.

Enquanto cercavam os netos de desconforto, no Superior Tribunal Militar trata-se do caso da patrulha do Exército que matou os colônias em 2019, numa cena em que foram disparados 127 tiros e circula a tese da legítima defesa.

Toda corporação tem um espírito de corpo. A questão está em valer para onde ele aponta. Há bons e maus espíritos. Muitos militares esqueceram-se de que a própria corporação deu exemplos de grandeza e justiça. Tome-se o caso do general Peri Bevilacqua.

Em 1995, durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, ele comandava a 3ª Divisão de Infantaria e foi decisivo para permitir a posse de João Goulart. Quando Jango dobrou à esquerda, apoiado pelos "Generais do Povo", Peri desafiou o governo e perdeu o comando da tropa de São Paulo.

Deposto Goulart, Peri foi para o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. Ele dizia o que pensava, passou a incomodar o governo e foi mandado para o Superior Tribunal Militar. Como votava a favor da libertação de presos, continuou incomodando. Um de seus votos derrubou uma denúncia contra o professor Fernando Henrique Cardoso. Pier, em 1968, ele defendeu uma amnistia.

Em 1967, Peri aparteu um voto de outro ministro, o tempo fechado e os dois chegaram a levantar-se. O outro chamava-se Ernesto Geisel. Nesses dias, Peri comentou em casa: "Estão preparando a sementeira do ódio".

Em dezembro de 1968 veio o Ato Institucional nº 5 e Peri Bevilacqua foi demitido do STM. Para malvadeza, pois faltavam poucos meses para que cutesse na compêndia. Foram além, confiscando-lhe as condecorações militares que havia recebido. Era um sinal para outros generais prestigiosos que ouassem sair da linha.

Peri ficou-se ao MDB e passou a defender a amnistia. Morreu em 1995, aos 91 anos. Em 2002 a família do general foi informada de que, caso requeresse, as condecorações seriam devolvidas. Seu filho, um coronel da reserva, recusou-se a pedir. Meses depois, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o decreto que restabelecia as condecorações de Peri.

## Saúde responde a Lira em meio a embate com centrão

Bloco ligado a presidente da Câmara pressiona Nísia Trindade por mais verba e questiona pagamentos a aliados do governo

Mateus Vargas

**BRASÍLIA** Em resposta a questionamentos do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e de líderes do centrão, o Ministério da Saúde afirmou que utiliza critérios técnicos para distribuir a verba do próprio orçamento e definir os limites de recursos de emendas que cada estado e município pode receber.

"Seja para a ampliação do teto MAC [limite anual de recurso para ações em hospitais e ambulatórios] de cada ente, seja para a concessão de incremento temporário na forma de parcela única, são aplicados critérios técnicos", disse a pasta.

No começo de fevereiro, Lira e seis deputados questionaram a ministra Nísia Trindade sobre a partilha da verba da Saúde. A ministra e um dos seus prioritários cedeles (juntamente para inflar a produção e elevar o limite de emendas. Os integrantes do centrão ainda apresentaram dúvidas

sobre como a Saúde definiu os repasses feitos pela própria pasta, ou seja, sem emendas, e que não estavam previstos no começo do ano. Nas entrelinhas, esse questionamento mirava uma verba extra de cerca de R\$ 1,4 bilhão distribuída pela Saúde para ações em hospitais e ambulatórios. Como mostrou a Folha, a pasta privilegiou governos do PT e aliados do governo com este recurso.

O ministério age com base na legislação vigente e observa rigorosamente normativo e princípios da administração pública. O ministério da Saúde não integra questionamentos do Legislativo.

Parlamentares reclamam que a Saúde veto, em alguns casos, o envio de emendas para determinados locais alegando que o valor supera o que é permitido para as indicações parlamentares, enquanto privilegia aliados com o orçamento próprio.

Na resposta a Lira, o ministro disse que considerou diversos estudos apresentados pelos estados e municípios para liberar esta parcela adicional de recursos para o custeio de hospitais e ambulatórios.

Integrantes do governo dizem que o repasse extra equilibra a distribuição dos diversos tipos de verba da Saúde, especialmente locais que não são redutos do centrão, o grupo que controla maior parte das emendas parlamentares.

A Saúde afirmou, em nota enviada nesta sexta à Folha, que o governo Bolsonaro reduziu repasses do orçamento próprio para custeio da média e alta complexidade. "Com isso, muitos municípios e os governos estaduais tiveram suas finanças comprometidas, ampliando a dependência de emendas parlamentares para o custeio de estabelecimentos de saúde".

Em outra resposta a questionamentos do Legislativo, também protocolada nesta sexta, a Saúde negou que tenha favorecido Cabo Frio (RJ) com R\$ 55,4 milhões extras por causa do filho da ministra, que foi nomeado secretário de Cultura municipal semanas após o repasse. "O ministério age com base na legislação vigente e observa rigorosamente normativo e princípios da administração pública", disse a pasta.

## Comando do PSDB anula eleição de Marco Vinholi em São Paulo

Taygura Ribeiro

**SÃO PAULO** A Executiva nacional do PSDB anulou a eleição que havia definido o ex-deputado Marco Vinholi como presidente do partido no estado de São Paulo. A decisão foi tomada na noite da sexta (8), em encontro que reuniu 30 membros da cúpula, e ainda não foi anunciada oficialmente.

O presidente nacional do partido, Marcel Perillo, submeteu o caso aos membros da executiva, que definiram invalidar o pleito estadual e indicar uma executiva temporária para São Paulo até que a situação seja resolvida.

Procurado pela Folha, Vinholi disse que aguardaria um posicionamento oficial do PSDB nacional. Ligado aos ex-governadores João Doria (ex-PSDB, desfilado no fim de 2022) e Rodrigo Garcia (PSDB), Vinholi havia ocupado o cargo entre 2019 e 2023. Hoje ele é um dos diretores do Sebrae-SP.

O PSDB de São Paulo elegu, na quarta (6), o ex-deputado para comandar a executiva estadual. A reunião, que já havia sido adiada duas vezes desde o dia 25, foi contestada por aliados do agora ex-presidente estadual da sigla, Paulo Serra, prefeito de Santo do Estrela, e ligado ao governador

gaúcho Eduardo Leite e integrante do setor que rivaliza com Doria. Paulo Serra também preside a federação PSDB-Cidadania em SP. Membros reclamam que não ficaram sabendo da reunião e de que a escolha de Vinholi não pacifica o partido.

Em nota, a Executiva paulista tinha informado que "a reunião foi realizada com 97 votantes de um diretório com 125 membros, mais de 92%", e que "o resultado foi a por si, representa a vontade da imensa maioria do partido em SP onde a democracia partidária é um dos pilares fundamentais".

Em 2021, Serra visitou para concorrer ao governo paulista, enquanto Vinholi pretende ser candidato a deputado federal.



Marco Vinholi, diretor do Sebrae-SP e ex-deputado. (Folha)